

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Sandro Aramis Richter Gomes

ELITE PROVINCIAL, AGENTES DA
ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL E
DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS: ORIGENS
E EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA NO
PARTIDO CONSERVADOR DE SANTA
CATARINA (1870-1873)

GOMES, Sandro Aramis Richter
ELITE PROVINCIAL, AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO
IMPERIAL E DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS: ORIGENS E
EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA NO PARTIDO
CONSERVADOR DE SANTA CATARINA (1870-1873)
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 181(484): 107-139, set/dez. 2020

Rio de Janeiro
set/dez. 2020

ELITE PROVINCIAL, AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL E DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS: ORIGENS E EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA NO PARTIDO CONSERVADOR DE SANTA CATARINA (1870-1873)

PROVINCIAL ELITE, AGENTS OF IMPERIAL ADMINISTRATION AND COMMITTEES OF POLITICAL PARTIES: ORIGINS AND CONSEQUENCES OF A DISSENSION IN THE CONSERVATIVE PARTY OF SANTA CATARINA (1870-1873)

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES¹

Resumo:

Neste artigo, é desenvolvida uma investigação acerca do surgimento de uma dissidência no Partido Conservador de Santa Catarina, no início dos anos 1870. O objetivo desta análise é avançar no conhecimento a respeito dos fatores das disputas ocorridas no interior dos partidos monárquicos do Brasil. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que tal dissidência foi liderada por políticos eleitoralmente pouco expressivos. Os dissidentes buscaram destituir do comando local da grei os indivíduos que, havia tempos, exerciam posições decisivas nessa agremiação. Segundo, trata-se de ressaltar que, na época dessa divergência, os chefes locais do partido estavam politicamente rompidos com o presidente da província. Tal rompimento impossibilitou a ingerência desses chefes sobre os esquemas de nomeações para cargos públicos. Terceiro, cumpre destacar que a solução desse conflito foi derivada da interferência do Gabinete Ministerial. No período em tela, portanto, não era incomum o envolvimento de agentes da administração imperial na vida interna do Partido Conservador catarinense.

Palavras-chave: Diretórios partidários; elites políticas; Partido Conservador; Província de Santa Catarina.

Abstract:

The article researches the appearance of dissent in the Conservative Party in the state of Santa Catarina in the early 1870s, and aims to advance the knowledge about the motives behind the disputes that had arisen within the monarchist parties in Brazil. The following arguments will be discussed: firstly, we point out that low-profile politicians led such dissent. The dissidents sought to remove from the local command of the party those members who had long held decisive positions therein. Secondly, we highlight that, at the time of the disputes, the conservative leaders of Santa Catarina were politically distanced from the president of the province. Such estrangement prevented these leaders from interfering in appointments for public positions. Thirdly, we stress that the end of conflict was made possible only after the interference of the Cabinet of ministers. During that time, it was thus not uncommon for agents of the imperial administration to participate in the internal life of the Conservative Party of Santa Catarina.

Keywords: Committees of political parties; Conservative Party; Political elites; Province of Santa Catarina.

1 – Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presentemente realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. E-mail: argomes8@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, é empreendida uma investigação sobre a abertura de uma dissidência no Partido Conservador catarinense no início dos anos 1870. Por meio de um estudo de caso, o objetivo desta análise é produzir um conhecimento acerca dos fatores dos conflitos ocorridos nos diretórios dos partidos monárquicos. No presente estudo, o ano de 1870 é referente à época em que houve o surgimento de um grupo dissidente naquela agremiação. O ano de 1873, por seu turno, é alusivo ao momento em que os líderes dos diretórios oficial e dissidente de Santa Catarina puseram fim à contenda. Portanto, o recorte temporal aqui adotado abarca a eclosão e o desfecho de um antagonismo entre chefes provinciais do Partido Conservador.

Há três argumentos desenvolvidos nesta investigação. Primeiro, é destacado que a mencionada dissidência foi comandada por indivíduos eleitoralmente pouco expressivos na cena política de Santa Catarina. Os dissidentes pretendiam afastar do comando local da grei um grupo de correligionários que, desde o fim dos anos 1860, exercia posições centrais no diretório regional do partido. Nessa ocasião, houve apelos em defesa de uma renovação do núcleo dirigente da agremiação.

O segundo argumento afirma que, naquele contexto, os dirigentes do Partido Conservador catarinense estavam rompidos com o presidente e o vice-presidente da província, os quais eram aliados dos dissidentes. Tal situação impediu que os líderes locais da grei continuassem a influir nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Trata-se de salientar, assim, que o envolvimento de funcionários da Monarquia em assuntos eleitorais promoveu a instabilidade da vida interna do Partido Conservador de Santa Catarina.

Terceiro, compete evidenciar que a resolução desse conflito entre conservadores decorreu de uma intervenção do Gabinete Ministerial. A exoneração do presidente e do vice-presidente da província possibilitou a reaproximação entre os indivíduos que disputavam o controle do diretório catarinense do Partido Conservador. Desse modo, convém salientar

que a participação de lideranças políticas nacionais no mencionado dis-sídio foi um fator crucial para a pacificação das relações entre os líderes locais da agremiação.

Os estudos sobre a dinâmica política das províncias do Império são carentes de análises acerca da vida interna dos partidos. Há limitado conhecimento respeitante às formas de governo de diretórios concebidas por chefes políticos de projeção regional. Por consequência, permanecem pouco evidenciados os impactos da criação de diretórios na promoção ou na corrosão da unidade entre os correligionários de uma agremiação em âmbito provincial. Ao mesmo tempo, mantém-se pouco conhecida a relação entre a fundação de diretórios e as oscilações no desempenho eleitoral dos partidos². De sua parte, o presente artigo busca salientar que a formação de um diretório provincial não proporcionava, em todos os casos, maior unidade entre os membros de uma agremiação.

Em grande medida, os estudos respeitantes ao funcionamento dos partidos na esfera provincial são marcados por um caráter panorâmico. Tais abordagens são caracterizadas pela análise dos processos de ascensão e pelo declínio de dirigentes locais das agremiações monárquicas. O elemento peculiar a essas análises é o estudo das rivalidades que minavam a unidade dos diretórios. A atenção a essas rivalidades é uma característica das abordagens sobre a história política de Santa Catarina³.

2 – Presentemente, um dos principais avanços no estudo da vida política das províncias consiste na análise dos impactos das mudanças na legislação eleitoral. A esse respeito, ver FARIA, Vanessa Silva de. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil Império*: Juiz de Fora, 1853-1889. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017, 276 p.; FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a política imperial*: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, 421 p.; LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 91, 2014, p. 13-51.

3 – A esse respeito, ver CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História Política de Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina; PIAZZA, Walter. *O Poder Le-*

A acentuada ênfase nos episódios atinentes às disputas entre lideranças regionais cria obstáculos para o entendimento das formas de interação entre as instâncias administrativas de um partido. O reconhecimento dessa interação é crucial para evidenciar que, em Santa Catarina, no limiar dos anos 1870, a resolução de um conflito entre conservadores envolveu expoentes da política nacional. O estudo do funcionamento dos partidos na esfera provincial permite demonstrar que houve ocasiões nas quais os chefes locais do Partido Conservador buscaram concretizar suas pretensões políticas por meio da aproximação com dirigentes nacionais da grei. O presente artigo também evidencia que não era incomum, no referido período, o envolvimento de membros do Gabinete Ministerial nos embates entre chefes partidários das províncias.

Cumprido, pois, assinalar a segunda limitação inerente às análises sobre a vida partidária do Brasil oitocentista. Essa limitação consiste no incipiente conhecimento acerca do perfil social e dos padrões de carreiras políticas desenvolvidas pelos dirigentes locais das agremiações monárquicas. No âmbito da Região Sul, é pouco frequente a produção de estudos que salientem a composição social e as mudanças no desempenho eleitoral dos partidos durante o Segundo Reinado. Os circunstanciais avanços nas análises da vida política de tal região estão contidos em levantamentos sobre resultados eleitorais⁴. Esses avanços também são promovidos pelas abordagens que reconhecem a longa influência de parentelas sobre o funcionamento dos partidos e das instituições políticas provinciais⁵.

Trata-se de apresentar a terceira limitação referente aos estudos sobre a dinâmica política do Brasil Monárquico. Essa limitação diz respeito ao

gislavativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

4 – Ver NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul, 1823-2002*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

5 – Ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

parco conhecimento acerca da participação de agentes da administração imperial no jogo político de províncias das quais não eram originários⁶. A análise efetuada neste artigo permite destacar que houve ocasiões em que tal envolvimento açulou divergências entre lideranças locais do Partido Conservador. Nesse particular, cumpre mencionar que permanece pouco frequente a produção de estudos referentes à atuação de funcionários da Monarquia, a exemplo dos presidentes de província, na vida partidária. Por consequência, remanesce em estágio incipiente o entendimento da natureza e das implicações da aliança entre esses funcionários e os membros das elites provinciais.

A presente abordagem é realizada por meio do emprego de métodos inspirados na prosopografia⁷. A análise de informações respeitantes às carreiras dos dirigentes do Partido Conservador catarinense, no contexto dos anos 1870, permite destacar que era pouco diversificado o perfil social dos indivíduos que disputaram o comando local da grei⁸. A investigação acerca dessas carreiras favorece a identificação de aproximações entre esses dirigentes no que concerne à natureza da atuação política que desenvolveram na época anterior ao mencionado dissídio. A análise comparada dos percursos de dirigentes do Partido Conservador naquela província também propicia o reconhecimento de semelhanças quanto aos destinos dos antigos adversários após o encerramento da contenda.

6 – A historiografia também permanece carente de análises acerca da ação administrativa dos presidentes de províncias. Ver FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do Governo Provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, 298 p.

7 – Para o conhecimento das bases do método prosopográfico, ver CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 41-54; STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Edição da Universidade Federal do Paraná, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

8 – Tais informações foram extraídas de jornais de circulação regional, bem como de periódicos de circulação nacional que eram editados na capital do Império. A totalidade dos jornais empregados neste artigo está disponível para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>

A fundação do Grêmio Conservador de Santa Catarina: a origem da querela entre as lideranças locais da grei

O estudo acerca do Partido Conservador catarinense requer, inicialmente, uma análise panorâmica da cena partidária do Brasil do Segundo Reinado. É plausível situar as agremiações pertencentes a essa cena na categoria de *partidos de quadros*. Conforme a tipologia formulada por Maurice Duverger, tais partidos foram peculiares à vida política dos países ocidentais durante a segunda metade do século XIX. Um aspecto de tais agremiações é que não possuíam uma complexa estrutura administrativa. No interior desses partidos, não existia uma pormenorizada divisão de tarefas. Comumente, essas agremiações atuavam como comitês cuja atividade era circunscrita a um período eleitoral. Elas não eram inclinadas a promover o recrutamento massivo de correligionários. Esse recrutamento era pouco relevante em períodos não eleitorais. A conquista de espaço nas esferas do Poder Legislativo se apresentava como um objetivo primordial dos *partidos de quadro*.

Outra característica desses partidos reside no fato de que a sua composição social era pouco diversificada. Eles não possuíam um enraizamento junto às camadas populares. Em um contexto marcado pela vigência do voto censitário, os membros dessas camadas não eram absorvidos pelos partidos. Portanto, tais agremiações são também conhecidas como *partidos de notáveis*, visto que eram compostas majoritariamente por membros das elites sociais.

Cumprе também salientar que os *partidos de quadros* não possuíam um detalhado conjunto de propostas. A sustentação de um preciso ideário programático era inerente aos *partidos de massa*. Contrariamente ao caso das agremiações dos notáveis, os partidos que pleiteavam o apoio das massas realizavam ininterrupta propaganda de suas ideias. A atividade dessas agremiações não era intensa somente nas épocas eleitorais. Em síntese, os *partidos de massa* buscavam difundir sua mensagem de modo permanente e angariar correligionários em distintos estratos sociais⁹.

9 – Acerca das distinções entre os *partidos de quadros* e os *partidos de massa*, ver DU-

A investigação desenvolvida no presente artigo demonstra que o Partido Conservador de Santa Catarina, no começo dos anos 1870, funcionava à maneira de um *partido de quadros*. Uma característica dessa agremiação era o caráter seletivo da composição dos seus diretórios. Os gestores desses diretórios pertenciam a elites locais. Existiram marcantes semelhanças quanto às origens sociais e às carreiras políticas dos líderes regionais dessa agremiação.

O segundo elemento consiste no fato de que a função desses diretórios era manter os seus correligionários organizados em épocas eleitorais. Habitualmente, o fim de um pleito promovia a desarticulação entre os filiados. Assim, trata-se de salientar o caráter intermitente das atividades políticas desenvolvidas pelo Partido Conservador em Santa Catarina na citada época.

O terceiro aspecto reside no fato de que os conservadores catarinenses, ao fundarem seus diretórios, não se dedicaram a sustentar um repertório de propostas. Conforme evidenciado nas seções subseqüentes deste trabalho, as divergências entre os membros dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina não eram decorrentes de ideias contrastantes. A finalidade das campanhas eleitorais efetuadas por esses diretórios era assegurar a presença de seus candidatos nas instâncias do Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, os gestores de ambos os diretórios ambicionaram controlar cargos decisivos do Governo Provincial. Em resumo, no período em tela, a vida política catarinense era marcada pela competição entre elites locais. Elas se mobilizavam para controlar agências do Estado. No curso dessa competição, eram criados diretórios partidários cujas atividades arrefeciam ao término de uma eleição.

Em 1867, o Partido Conservador fazia oposição ao Gabinete Ministerial. A agremiação não possuía o controle sobre os esquemas de preenchimento de cargos públicos. Ela também não tinha maioria nas instituições legislativas. A grei, portanto, estava politicamente enfraque-

VERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1980.

cida¹⁰. Nesse cenário, os dirigentes nacionais da agremiação decidiram promover a reorganização administrativa do partido. O líder desse processo foi o senador baiano Manuel Vieira Tosta (1807-1896), detentor do título de Barão de Muritiba. No referido ano, ele assumiu a presidência do *Centro da União Conservadora*, denominação alusiva ao diretório nacional do partido¹¹.

Tal reorganização foi iniciada em junho de 1867. Uma das mudanças realizadas nessa oportunidade consistiu na implantação de precisas normas para a interação do diretório nacional com os diretórios provinciais e municipais. Outro aspecto dessas mudanças residiu na definição de critérios mais detalhados para o recrutamento de correligionários e a participação dos filiados na vida interna das unidades locais da agremiação¹².

Os promotores dessa reorganização buscaram ampliar a presença do Partido Conservador no interior das províncias. Tal medida objetivava manter os correligionários unidos em um contexto adverso para a grei. A ampliação dessa presença ocorreria por meio da fundação de diretórios provinciais e municipais. Em distintas regiões do Império, a criação de unidades administrativas desse partido foi encarada pelos conservadores como uma forma de a agremiação se tornar mais competitiva e mais organizada¹³.

No segundo semestre de 1867, houve lideranças conservadoras de diferentes províncias que promoveram, sem demora, a instauração de novos diretórios regionais. A célere criação desses diretórios ocorreu em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo¹⁴. Dessa maneira, existiam províncias em que os conservadores não se desmobilizaram a partir do momento em que passaram para o campo

10 – Concernente à ação política das lideranças nacionais do Partido Conservador ao longo dos anos 1860, ver NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

11 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 178, 29 jun. 1867, p. 1.

12 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 178, 29 jun. 1867, p. 1.

13 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 296, 27 out. 1867, p. 1.

14 – *O Constitucional*, Desterro, n. 11, 18 set. 1867, p. 2.

oposicionista em 1862¹⁵. Nessa época, os dirigentes nacionais do partido delegaram aos líderes regionais da grei a tarefa de aumentar o contingente de filiados. Tais líderes também receberam a incumbência de tornar mais regradas as atividades dos diretórios provinciais e municipais. Uma das diferenças entre os chefes locais do Partido Conservador dizia respeito à maior ou à menor capacidade de efetuarem essas mudanças com rapidez.

Em 1867, era baixo o nível de integração entre os chefes conservadores de Santa Catarina. Portanto, eles não se mobilizaram prontamente para retomar as atividades da grei¹⁶. Os seis anos em que a agremiação permaneceu como oposicionista tornaram pouco consistentes as relações políticas entre os líderes locais do partido. Ocorrido em 16 de julho de 1868, o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial propiciou a reconstituição da aliança entre os próceres dessa agremiação em Santa Catarina. Assim, no dia 2 de agosto de tal ano, houve a implantação de um *Grêmio Conservador* em Desterro, a capital da província. O *Grêmio* era um diretório provincial. A presidência desse órgão foi conferida ao advogado provisionado Manuel José de Oliveira (1827-1891)¹⁷.

Os dirigentes do Partido Conservador em Santa Catarina pertenciam à categoria dos chefes políticos que executaram lentamente as determinações emanadas do diretório nacional. Em províncias como o Paraná, os conservadores também atingiram, de modo mais vagaroso, o nível de unidade necessário para a instalação de um diretório. Em tal província, a fundação do *Grêmio* data de setembro de 1868¹⁸.

Uma diferença capital entre os conservadores do Paraná e de Santa Catarina reside no fato de que os primeiros, até o ano de 1868, não tive-

15 – Acerca do processo de reorganização administrativa do Partido Conservador em Minas Gerais, em 1867, ver SALDANHA, Michel Diogo. *A ordem da barrida do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2020, 210 p.

16 – *O Despertador*, Desterro, n. 482, 03 set. 1867, p. 1.

17 – *O Constitucional*, Desterro, n. 57, 06 ago. 1868, p. 3.

18 – *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 924, 16 set. 1868, p. 3.

ram a experiência de gerir diretórios partidários. No Paraná, nos decênios de 1850 e 1860, o controle do Partido Conservador era dividido entre negociantes radicados no litoral e no primeiro planalto. Nesse contexto, não havia uma precisa divisão de tarefas entre os correligionários no que concerne à gestão do partido¹⁹. Em Santa Catarina, por outro lado, havia tempos que os conservadores estavam familiarizados com a prática de organizar diretórios. O primeiro diretório do Partido Conservador nessa província foi criado em 1860. A implantação desse órgão administrativo foi uma iniciativa do então deputado geral Jesuíno Lamego da Costa (1811-1886)²⁰.

Em Santa Catarina, o funcionamento de um diretório do Partido Conservador não propiciou o permanente revezamento de correligionários no comando local da grei. Ao contrário, os aliados de Lamego permaneceram, por longos anos, como ocupantes de funções capitais na administração do partido. Nesse rol de aliados, estava o citado Manuel de Oliveira. Essa longa permanência provocou celeumas entre os filiados. A esse respeito, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, convém destacar que uma diferença entre as unidades regionais do Partido Conservador era atinente à maior ou menor inclinação para a tomada de decisões coletivas. Em Santa Catarina, o ressurgimento de um diretório provincial da grei tornou mais regrado o processo de escolha de candidatos para cargos parlamentares. No Paraná, por outro lado, as decisões colegiadas ocorreram somente do fim dos anos 1860 aos meados dos anos 1870. Uma das distinções entre as unidades provinciais do Partido Conservador dizia respeito ao ritmo do processo por meio do qual houve o declínio dos chefes supremos e o surgimento dos diretórios. Em relação ao caso de Santa Catarina, no Paraná, a conclusão desse processo foi mais lenta²¹.

19 – Para o conhecimento dos percursos políticos dos líderes conservadores da Província do Paraná, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná... Op. cit.*

20 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 134, 09 ago. 1860, p. 1.

21 – Em 1879, após funcionar de modo intermitente, o diretório conservador do Paraná foi desativado. De 1879 a 1888, o Partido Conservador foi gerido localmente por um chefe supremo, o advogado Manuel Eufrásio Correia (1839-1888). A recriação de um di-

Segundo, cumpre asseverar que a instauração de um *Grêmio Conservador* em Santa Catarina foi acompanhada pela contestação da autoridade do grupo político liderado por Manuel de Oliveira. Assim, a formação de um diretório provincial não pacificou as disputas entre os conservadores da província. Conforme demonstrado no decorrer deste artigo, tais disputas se estenderam até o princípio dos anos 1870. Um dos principais motivos das divergências entre os correligionários da agremiação era o controle da indicação de candidatos para a eleição de deputado geral.

Nesse âmbito, atente-se ao caso da eleição parlamentar de 1869. Em fins do ano anterior, o diretório provincial indicou os nomes de Jesuíno Lamego e Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão (1837-1916) para concorrerem à Câmara dos Deputados. Uma parcela dos conservadores não acatou o nome de Manuel Galvão. Por consequência, eles lançaram a candidatura do advogado José Maria do Vale Júnior (1835-1914)²². Um dos fatores da rejeição à candidatura de Galvão decorria do fato de que ele não era originário de Santa Catarina. Esse advogado era proveniente de Sergipe. Em síntese, um segmento dos conservadores catarinenses considerou que tal candidatura fora imposta pelos líderes locais da agremiação²³.

Nesse quadro, uma estratégia adotada pelos dissidentes consistiu em se aproximar de membros do Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de Itaboraí. Todavia, os dissidentes não contaram com a chancela desses membros para fortalecer a candidatura de Vale Júnior. Os ministros se eximiram apoiar os insurgentes. Dentre tais ministros, encontrava-se o Barão de Muritiba, que comandava a pasta da Guerra e que permanecia como dirigente nacional do Partido Conservador. Os integrantes do Gabinete destacaram que o *Grêmio Conservador* tinha a autonomia de escolher seus candidatos²⁴. Por fim, Jesuíno Lamego e Manuel Galvão

retório conservador nessa província ocorreu em março de 1889. *Dezenove de Dezembro*, n. 21, Curitiba, 16 mar. 1889, p. 2.

22 – *O Despertador*, Desterro, n. 614, 12 dez. 1868, p. 4.

23 – *A Regeneração*, Desterro, n. 16, 28 out. 1868, p. 3.

24 – *A Regeneração*, Desterro, n. 16, 28 out. 1868, p. 4.

conseguiram se eleger para a Câmara²⁵. Diante desse revés, a primeira dissidência conservadora de Santa Catarina logo se desorganizou.

Tais informações corroboram a constatação de que a volta do Partido Conservador ao comando Gabinete Ministerial não proporcionou a elevação do grau de coesão entre os correligionários residentes em Santa Catarina. No fim dos anos 1860, uma parte desses filiados julgava que a implantação do diretório não democratizara a vida interna da agremiação. Os representantes dessa ala do partido criticavam o fato de que a tomada de decisões referentes à gestão da grei era uma atribuição exclusiva dos aliados de Manuel de Oliveira. Os descontentes afirmavam que Santa Catarina transformara-se em uma *feitoria* dos integrantes do *Grêmio*²⁶.

O surgimento de dissídios nos diretórios regionais dos partidos monárquicos não era um acontecimento raro. A formação de diretórios disidentes foi um evento intrínseco à vida política de diferentes províncias. As disputas pela indicação de candidaturas e pela prerrogativa de controlar as nomeações para cargos públicos eram responsáveis por cindir tais órgãos²⁷. No fim dos anos 1860, a desconfiança para com as iniciativas de criação de diretórios também vigorava entre lideranças locais do Partido Liberal²⁸.

Portanto, houve dificuldades para a integração entre os correligionários ao tempo da fundação dos diretórios regionais dos partidos monárquicos. Tais dificuldades decorriam da competição por posições centrais

25 – Para o conhecimento da relação completa de deputados gerais eleitos na Província de Santa Catarina, ver FIRMO, João Sereno; NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império*. Vol. 2. Brasília: Edição do Senado Federal, 1973.

26 – *A Regeneração*, Desterro, n. 14, 21 out. 1868, p. 4.

27 – Acerca das disputas internas aos partidos monárquicos nos anos finais do Império, ver BARMAN, Roderick J. *O Imperador cidadão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012, p. 455.

28 – Em 1869, na Província de Pernambuco, um correligionário do Partido Liberal manifestou-se contra a implantação de diretórios regionais da grei. Tal correligionário era Affonso de Albuquerque Mello. Ele afirmou que um diretório tornava inviável a formação de um partido internamente democrático. Conforme o seu entendimento, a criação de um diretório levaria à formação de uma oligarquia naquela agremiação. *O Liberal*, Recife, n. 81, 14 jul. 1869, p. 4.

no interior dessas unidades administrativas. Elas também derivavam da rejeição à formalização da divisão de tarefas em um diretório. Para uma parcela dos filiados, tal formalização significava consolidar a autoridade de um seletivo grupo de correligionários sobre a gestão da grei.

O estudo respeitante às cizânias ocorridas no Partido Conservador catarinense permite evidenciar que essas querelas se estenderam, ao menos, até o começo dos anos 1870. Tal estudo também possibilita a salientar a reiteração de estratégias dos correligionários insurgentes para ascender ao comando dos diretórios. Dessa forma, cumpre reconhecer a perpetuação dos fatores responsáveis por ocasionar instabilidades na vida interna de uma agremiação monárquica.

O Partido Conservador catarinense no início dos anos 1870: composição social de diretórios e fatores das celeumas entre correligionários

Conforme acima ressaltado, a reconstituição das tramas referentes aos dissídios entre lideranças políticas regionais é um aspecto comum aos estudos sobre o Brasil monárquico. A realização de uma análise renovada acerca dos desacordos entre tais lideranças requer uma abordagem acerca dos percursos que elas desenvolveram na vida partidária. A atenção a tais percursos evidencia diferenças entre os contendores no que concerne à maior ou menor capacidade de exercerem uma autoridade sobre a vida interna de um diretório. Assim, tal abordagem possibilita identificar os desníveis da força política desses adversários no contexto pouco anterior à eclosão de uma dissidência partidária.

Na presente seção, cumpre salientar que havia poucas distinções entre os contendores no que respeita aos seus perfis profissionais. Por outro lado, cabe assinalar que era pouco relevante a presença de diplomados na cúpula dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador catarinense. Nesse contexto, os antagonistas se distinguiam em decorrência da maior ou menor longevidade de seus vínculos com essa agremiação. Eles

também se distanciavam em virtude do tempo em que permaneceram integrados a instituições administrativas e legislativas de Santa Catarina.

Na primeira semana de dezembro de 1870, houve a formação de um diretório dissidente do Partido Conservador catarinense. Nessa época, fazia três anos que o citado Manuel de Oliveira exercia a presidência do diretório provincial da grei. Segundo os dissidentes, a permanência de Oliveira em tal função não era respaldada pela camada majoritária dos correligionários da agremiação. Os insurgentes destacaram que a não convocação de eleições para a renovação da Mesa Executiva do diretório provincial foi um dos fatores da dissidência²⁹. Assim, eles argumentaram que os membros da Mesa não possuíam a legitimidade para governar localmente o partido³⁰.

A competição pelas posições centrais no comando da grei desencadeou, após um período de dois anos, a abertura de nova dissidência no Partido Conservador catarinense. Outro motivo para o surgimento dessa dissidência era a disputa pela prerrogativa de lançar candidaturas. Nesse âmbito, cabe mencionar que, em fins de 1870, foi convocada uma eleição suplementar para o preenchimento de duas vagas à Assembleia Provincial de Santa Catarina. Os dissidentes se organizaram para participar desse pleito. Eles rejeitaram, portanto, as orientações dos próceres locais da grei a respeito da escolha de candidatos.

O falecimento dos deputados José Bonifácio Caldeira de Andrada e José Leitão de Almeida motivara a convocação desse pleito. O grupo político de Manuel de Oliveira ambicionou assegurar o seu controle sobre a Assembleia local. Para tanto, apresentou dois candidatos àquelas vagas. Esses postulantes eram os negociantes Antônio José de Bessa (1810-1878) e Manuel Marques Guimarães (1802-1882)³¹. De sua parte,

29 – *O Despertador*, Desterro, n. 821. 09 dez. 1870, p. 4.

30 – *O Despertador*, Desterro, n. 824, 20 dez. 1870, p. 4.

31 – *A Província*, Desterro, n. 15, 07 jan. 1871, p. 2.

o diretório dissidente apoiou o fazendeiro Luís Ferreira do Nascimento Melo (1809-1882)³².

Os postulantes ligados ao *Grêmio* oficial conseguiram se eleger. Bessa obteve 133 votos. Marques angariou 127 sufrágios³³. Por fim, Luís Ferreira conquistou 17 votos³⁴. Esse resultado evidencia que os membros dos diretórios oficial e dissidente eram muito desiguais entre si no que tange à sua força política. Em última análise, os insurgentes não tiveram adesões suficientes para eleger candidatos e para modificar a composição do núcleo dirigente do Partido Conservador catarinense.

Conforme demonstrado na seção seguinte deste artigo, os principais apoios que os dissidentes auferiram eram de bacharéis adventícios que não exerceram longa influência na cena partidária de Santa Catarina. O declínio político de tais bacharéis foi sucedido pela desarticulação do grupo dissidente. O período em que vigorou a dissidência conservadora em tal província não foi suficiente para os insurgentes construir uma base eleitoral e conquistarem uma representação mínima em instituições como a Assembleia Legislativa.

De todo modo, os componentes de ambos os diretórios não possuíam marcantes diferenças sociais entre si. Ao mesmo tempo, cumpre salientar que o conflito que surgiu no Partido Conservador catarinense, em 1870, foi travado entre indivíduos que desenvolveram análogos percursos políticos. Eram raros os integrantes desses diretórios que mantiveram uma atividade política ininterrupta no decorrer dos decênios de 1850 e 1860. A análise desses percursos exige o estudo das informações expostas no Quadro 1.

32 – *O Despertador*, Desterro, n. 822, 13 dez. 1870, p. 3.

33 – *O Despertador*, Desterro, n. 845, 03 mar. 1871, p. 3.

34 – *A Província*, Desterro, n. 1 fev. 1871, p. 4.

Quadro 1 – Origens da atuação política e profissional dos membros do diretório oficial do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Cargo no diretório oficial	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1870)
Manuel José de Oliveira	Presidente	Advogado provisionado	0	9
Ovídio Antônio Dutra	1º Secretário	Funcionário do Governo de Santa Catarina	1	0
Leonardo Jorge de Campos	2º secretário	Tabelião	0	0
Domingos Luiz da Costa	Vogal	Militar	0	1
Floriano José Vilela	Vogal	Negociante	1	0
Jerônimo de Sousa Freitas	Vogal	Negociante	0	0
João Antônio Monteiro Braga	Vogal	Negociante	0	0
João José Pinheiro	Vogal	Militar	0	1
João Pedro Carreirão	Vogal	Negociante	0	1
José de Vasconcelos Cabral	Vogal	Negociante	1	0
Justino José de Abreu	Vogal	Negociante	0	1
Manuel Francisco Tavares	Vogal	Negociante	0	1
Manuel José de Sousa Conceição	Vogal	Militar	0	0
Manuel Marques Guimarães	Vogal	Negociante	2	1

Fontes: *A Regeneração* (SC); *A Província* (SC); *Correio do Povo* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

A análise de tal quadro permite a sustentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre destacar que os integrantes do *Grêmio Conservador* não possuíam uma longa carreira política. Nesse cenário, Manuel de Oliveira despontava como o conservador que desempenhara maior número de cargos eletivos. Todavia, a sua atuação política foi circunscrita ao exercício de mandatos na Assembleia Provincial e na Câmara Municipal de Desterro. No período em tela, o diretório oficial do Partido Conservador catarinense era governado por indivíduos distinguidos pela baixa circulação institucional.

Trata-se de salientar que havia diferenças regionais quanto à composição dos diretórios do Partido Conservador. Em Santa Catarina, o controle do diretório provincial não era exercido por indivíduos que participavam da cena política da capital do Império. Ao longo do Segundo Reinado, não houve casos de deputados gerais e senadores interessados em ocupar vagas na direção local do partido. Conforme demonstrado na terceira seção deste artigo, os políticos catarinenses dotados de maior projeção na vida partidária não eram alheios aos assuntos do *Grêmio Conservador*. Contudo, eles não pleitearam posições na Mesa Executiva do órgão. Em Santa Catarina, portanto, a conquista de mandatos no Parlamento do Império marcava o fim da atuação tanto no diretório local quanto nas instituições políticas da província³⁵.

No Paraná, por outro lado, antigos deputados gerais participaram tanto da Assembleia local quanto do *Grêmio*³⁶. Ao tempo da eclosão da segunda dissidência no Partido Conservador catarinense, as rivalidades entre os conservadores do Paraná eram motivadas pelas tentativas de um deputado geral de influir na vida interna da grei³⁷. Contrariamente à situação verificada em Santa Catarina, o *Grêmio Conservador* do Paraná contava com maior participação de indivíduos que possuíam extensa experiência nas lides partidárias e no exercício de destacados postos do Governo provincial³⁸.

35 – Jesuíno Lamego da Costa foi o único deputado geral por Santa Catarina que comandou o diretório provincial do Partido Conservador. Acerca das trajetórias dos líderes partidários dessa província, ver CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História política...* Op. cit.

36 – A esse respeito, cumpre mencionar que a primeira diretoria do *Grêmio* paranaense contou com a presença do ex-deputado geral Antônio Cândido Ferreira de Abreu (1823-1876). *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 271, 02 out. 1868, p. 1.

37 – Nos anos 1870, o citado Manuel Eufrásio Correia, então deputado geral pelo Paraná, não tinha aliados no *Grêmio Conservador* da província. A disputa entre os dirigentes do *Grêmio* e os correligionários de Correia pelo controle local do Partido Conservador perdurou até os anos finais daquele decênio. *O Paranaense*, Curitiba, n. 4, 30 dez. 1877, p. 4. Nesse contexto, Eufrásio Correia também desempenhou mandatos à Assembleia Legislativa paranaense. Nas décadas de 1870 e 1880, ele exerceu alternadamente os cargos de deputado geral e deputado provincial. Em tal época, um dos elementos do poder político desse advogado consistiu em presidir a Mesa Executiva daquela Assembleia. Acerca das querelas política ocorridas na Província do Paraná, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná...* Op. cit.

38 – Em setembro de 1877, foi eleita uma diretoria para o *Grêmio Conservador* parana-

Segundo, cumpre salientar que eram os negociantes que exerciam maior interferência no *Grêmio* catarinense. No princípio dos anos 1870, os detentores de curso superior não tiveram uma participação significativa na gestão local do Partido Conservador. Compete, assim, retomar a identificação das diferenças acerca das formas de governo local dessa agremiação.

Contrariamente à situação verificada em Santa Catarina, na Província de São Paulo, eram os bacharéis que disputavam entre si o controle do partido. No referido decênio, a cena política dessa província foi caracterizada pela contenda entre dois grupos de conservadores: o grupo comandado por Antônio da Silva Prado (1840-1929), e o grupo chefiado por João Mendes de Almeida (1831-1898). Tais indivíduos eram graduados pela Faculdade de Direito de São Paulo³⁹.

Em suma, na Província de Santa Catarina, no início dos anos 1870, havia dois aspectos peculiares às carreiras dos dirigentes do Partido Conservador. Um aspecto era o limitado envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Assim, era apenas episódica a atuação desses dirigentes em esferas da administração pública. O outro aspecto era o exercício circunstancial de mandatos eletivos.

As informações do Quadro 1 também permitem reconhecer que, no *Grêmio Conservador* catarinense, havia indivíduos que jamais exerceram cargos públicos. Dessa maneira, a reorganização do Partido Conservador em tal província permitiu que correligionários sem relevante experiência nas lides políticas pudessem desempenhar, ainda que de modo efêmero, alguma interferência sobre a condução local da grei. Conforme demonstrado na última seção deste trabalho, a maior parte dos integrantes do

ense. O presidente e dois vice-presidentes do órgão eram advogados que haviam exercido cargos como o de deputado provincial e secretário de Governo. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 1845, 29 set. 1877, p. 4.

39 – Acerca dos fatores que provocaram as divergências entre Antônio Prado e João Mendes de Almeida, ver GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações da primeira década republicana (1860-1900)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 111.

Grêmio não conquistou relevantes posições na vida política da província após o desfecho das contendas entre os chefes locais da agremiação.

Cumpre, por conseguinte, salientar as distinções quanto à composição dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador em Santa Catarina. Para tanto, é necessário analisar as informações presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Origens da atuação política e profissional dos membros do diretório dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Cargo no diretório dissidente	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1870)
Miguel de Sousa Lobo	Presidente	Negociante	0	1
José Joaquim Lopes	Vice-presidente	Jornalista	0	4
Anfilóquio Nunes Pires	1º Secretário	Professor do Liceu Provincial	1	1
Domingos Gonçalves da Silva Peixoto	2º Secretário	Secretário da Câmara Municipal de Desterro	1	0
João do Prado Faria	3º Secretário	Promotor de Justiça	2	0
Antônio Delfino dos Santos	Vogal	Negociante	0	0
Bernardo Alves de Moura	Vogal	Militar	0	0
Joaquim de Almeida Lobo Gama d'Eça	Vogal	Militar	0	1
Júlio Melchior von Trompowsky	Vogal	Militar	1	0
Manuel Moreira da Silva	Vogal	Negociante	0	4
Sebastião de Sousa e Mello	Vogal	Engenheiro Militar	0	0
Sérgio Lopes Falcão	Vogal	Advogado	4	2

Fontes: *A Regeneração* (SC); *A Província* (SC); *Correio do Povo* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

O estudo de tal quadro possibilita a formulação de duas constatações. Primeiro, convém destacar a heterogeneidade dos perfis profissionais dos componentes do diretório dissidente. De modo distinto ao caso do diretório oficial, no diretório dissidente, eram mais diversificados os perfis dos ocupantes dos cargos da Mesa Executiva. No grupo dos insurgentes, era menos significativa a presença dos negociantes. Ao mesmo tempo, havia maior participação de funcionários públicos em relação ao

Grêmio Conservador. Em resumo, a implantação do diretório dissidente representou uma iniciativa para congregar conservadores provenientes de distintas esferas da vida social catarinense. No diretório oficial, por outro lado, havia pouca variação quanto às atividades profissionais dos seus componentes. Manuel de Oliveira formou um *Grêmio* que promoveu o fortalecimento político dos negociantes e, em menor escala, dos militares.

Segundo, cabe mencionar que a formação do diretório dissidente foi uma oportunidade para a retomada da atividade política de antigos mandatários. Assim, no contexto da reorganização local do Partido Conservador, houve correligionários que não conseguiram recuperar um espaço na vida interna do diretório oficial. Em última análise, a formação do grêmio dissidente significou a aliança entre três categorias de conservadores.

Uma categoria era composta por egressos do Partido Progressista. No decorrer dos anos 1860, uma parcela dos dissidentes mantivera ligações com a agremiação que controlava o Gabinete Ministerial e as nomeações para cargos provinciais. O presidente e o 3º secretário do diretório dissidente pertenciam a tal categoria⁴⁰.

A segunda categoria era formada por correligionários que não desempenhavam mandatos desde o ano de 1862, época em que os progressistas ascenderam ao comando do Gabinete Ministerial. Tal grupo, portanto, era constituído por políticos veteranos que não se conservaram em uma posição de protagonismo na cena partidária daquela província.

Há indícios de que um veterano ligado ao diretório dissidente foi integrado aos esquemas de nomeações comandados pelos progressistas ao longo daquela década. Tal indivíduo era o ex-deputado provincial Anfilóquio Nunes Pires (1819-1889). Em julho de 1867, época em que o Partido Conservador permanecia como agremiação oposicionista, Pires

40 – Em 1863, Miguel Lobo integrou a chapa de eleitores do Partido Progressista no município de Desterro. *O Despertador*, Desterro, n. 63, 11 ago. 1863, p. 1. De sua parte, João Prado foi nomeado Promotor de Justiça no período em que os progressistas controlavam o Governo de Santa Catarina. *O Despertador*, Desterro, n. 204, 27 dez. 1864, p. 1.

obteve uma nomeação. O cargo que ele conquistou era o de Oficial-Maior da Secretaria do Governo Provincial⁴¹.

Uma semelhança entre o *Grêmio Conservador* e o diretório dos insurgentes reside no fato de que ambos eram formados por indivíduos que mantiveram ligações com o Partido Progressista. Em Santa Catarina, nesse período, a concessão de nomeações era a principal forma de cooptar de correligionários do Partido Conservador ao grupo político formado pelos situacionistas⁴². Portanto, no decorrer dos anos 1860, uma parte dos conservadores dessa província não atuou de modo permanente no combate à agremiação adversária.

Por fim, a terceira categoria de membros do diretório dissidente era formada por indivíduos que não exerceram mandatos até o começo dos anos 1870. O Quadro 2 evidencia que, nesse contexto, a metade dos integrantes desse órgão partidário ainda não havia disputado eleições. Essa parcela de dissidentes era constituída por indivíduos que ocuparam cargos comissionados apenas de modo eventual. Era inexpressiva, portanto, a vivência desses correligionários na vida político-administrativa da província.

Em última análise, o diretório dissidente contava com a presença de indivíduos que, à época da reorganização administrativa do Partido Conservador, haviam aderido ao grupo político de seus adversários. Ele também era composto por correligionários desprovidos de uma base eleitoral e de relevante experiência na administração provincial. Na seção seguinte deste artigo, trata-se de demonstrar que a baixa projeção política não impediu que os dissidentes conquistassem o apoio de agentes da administração imperial. Tal apoio era crucial para que eles, os dissidentes, pudessem contrabalançar a influência do *Grêmio* presidido por Manuel de Oliveira.

41 – *Despertador*, Desterro, n. 465, 05 jul. 1867, p. 2.

42 – O citado Manuel Marques Guimarães, por exemplo, participou das políticas de nomeações conduzidas pelos progressistas. Em 1863, ele obteve o posto de Delegado de Política de Desterro. *O Despertador*, Desterro, n. 10, 17 fev. 1863, p. 1.

A ação política dos dissidentes: natureza e implicações de suas alianças

As mais intensas movimentações políticas dos dissidentes do Partido Conservador catarinense abrangem os meses de dezembro de 1870 a janeiro de 1871. A proximidade de uma disputa para a Câmara dos Deputados provocou o aumento da atividade eleitoral dos antagonistas do diretório oficial. Contudo, a exoneração do presidente e do vice-presidente da província levou à desorganização do grupo dos dissidentes. Assim, os principais aliados dos insurgentes estavam acomodados em posições centrais do Governo Provincial. Para o conhecimento das relações entre os integrantes da dissidência e os agentes da administração imperial em Santa Catarina, cumpre sustentar três afirmações.

Primeiro, convém salientar que, no referido período, houve bacharéis adventícios que exerceram relevantes funções na administração catarinense. Tais bacharéis eram o paranaense Francisco Ferreira Correia (1834-1876) e o baiano Manuel Vieira Tosta Filho (1839-1922). O primeiro exerceu o posto de presidente de Santa Catarina, de maio de 1870 a janeiro de 1871. O segundo, em tal contexto, desempenhou os cargos de chefe de Polícia e 1º vice-presidente da citada província. Eles pertenciam a parentelas marcadas por antigos vínculos com o Partido Conservador.

Francisco Correia provinha de uma família que controlava essa agremiação no litoral do Paraná. No período em tela, um de seus irmãos exercia mandato de deputado geral por essa província⁴³. O genitor de Tosta Filho, por sua vez, era membro do Gabinete presidido pelo Visconde de Itaboraí. Nessa época, ele continuava a desempenhar o posto de ministro da Guerra. Portanto, Correia e Tosta Filho estavam integrados a círculos sociais compostos por membros da elite imperial. A formação jurídica, a

43 – Tratava-se do bacharel Manuel Francisco Correia (1831-1905). Acerca das ligações familiares dos membros da elite política do Paraná provincial, ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

conquista de cargos ministeriais e o exercício de mandatos no Parlamento eram aspectos inerentes às carreiras dos integrantes dessa elite⁴⁴.

Francisco Correia e Tosta Filho não possuíam um sólido pertencimento ao jogo político de suas províncias de origem. Correia desempenhou um mandato parlamentar por breve período. Em 1859, na condição de deputado suplente, ele participou de sessões da Assembleia Legislativa do Paraná⁴⁵. Tosta Filho, por seu turno, jamais exerceu mandatos. Ele também não ocupou cargos em sua província natal⁴⁶. A época em que conquistaram postos administrativos em Santa Catarina foi o momento de maior influência de tais indivíduos na vida interna de um partido.

A aproximação desses bacharéis com os conservadores dissidentes foi marcada por articulações em favor do lançamento de Tosta Filho como candidato a deputado geral. Essa candidatura não foi homologada. No entanto, as suspeitas de que ela conquistaria apoios entre os conservadores da província desencadeou uma crise na agremiação⁴⁷. Os cor-religionários de Manuel de Oliveira consideravam que a realização das ambições eleitorais de Tosta Filho transformaria Santa Catarina em um *feudo* político desse bacharel⁴⁸.

Nos anos 1860, o descontentamento com as candidaturas de adventícios fora um elemento comum à vida política de províncias que compunham as pequenas bancadas da Câmara dos Deputados. A crítica de uma parte dos conservadores às pretensões eleitorais de Tosta Filho significou uma reação contra a interferência de funcionários do Governo Imperial na cena partidária de Santa Catarina. Essa interferência não era praticada apenas por membros do Partido Conservador. Ao tempo do predomínio

44 – Concernente às principais características desse perfil, ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

45 – *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 91, 16 fev. 1859, p. 4.

46 – VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Concorde, 1918, p. 306-307.

47 – *A Província*, Desterro, n. 4, 22 out. 1870, p. 1.

48 – *A Província*, Desterro, n. 16, 14 jan. 1871, p. 1.

do Partido Progressista, ela ocorreu em províncias como o Amazonas e o Paraná⁴⁹.

De todo modo, os dissidentes do Partido Conservador catarinense encararam a aliança com Francisco Correia e com Tosta Filho como uma estratégia para se fortalecerem no jogo político regional. Um dos principais benefícios dessa aliança consistiu no fato de que esses adventícios controlavam os esquemas locais de preenchimento de cargos públicos. Cumpre, assim, fundamentar a segunda afirmação desta seção.

Essa afirmação salienta que o controle exercido por Correia e por Tosta Filho sobre esses esquemas reduziu a influência política dos integrantes do *Grêmio Conservador*. Os partidários de Manuel de Oliveira que ocupavam postos no Governo Provincial foram demitidos pelos citados bacharéis. A exoneração de correligionários de Oliveira foi criticada pelo jornal *A Província*, órgão ligado ao *Grêmio*. Segundo o redator do periódico, essas demissões derivavam da estratégia de minar a força política dos gestores do Partido Conservador catarinense. Assim, o presidente e o 1º vice-presidente da província almejavam enfraquecer os defensores do *Grêmio* ao impor a eles a perda de seus cargos públicos. No excerto transcrito a seguir, há a informação de que, no rol dos funcionários exonerados, havia dirigentes municipais da agremiação:

O que significa a demissão de tantos funcionários públicos, uns chefes e outros devotados da seita conservadora? O que significa isso senão que esses demissionários não satisfazem as esperanças do atual governo, para que se realizem seus planos temerários? [...] Como há de negar que os Srs. Corrêa e Tosta procedem maquiavelmente, quan-

49 – No ano de 1862, o advogado baiano Zacarias de Góis de Vasconcelos (1815-1877) venceu uma eleição para deputado geral pelo Paraná. A presença desse adventício na cena política paranaense não agradara a uma parte do eleitorado dessa província. Segundo os críticos desse bacharel, a sua participação nesse pleito inviabilizou as candidaturas dos chefes locais dos partidos monárquicos. *A Ordem*, São Paulo, n. 5, 30 jun. 1862, p. 4. Em 1863, o advogado Francisco Carlos de Araújo Brusque (1822-1886), natural do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado geral pelo Amazonas. Tal fato descontentou a uma parcela dos eleitores dessa província. *A Actualidade*, Rio de Janeiro, n. 528, 24 set. 1863, p. 2.

do se vê demitidos membros influentes, chefes respeitáveis do Partido Conservador, em todas as localidades da província⁵⁰?

A consolidação da influência de Francisco Correia e de Tosta Filho sobre a vida política catarinense não se concretizaria apenas com o afastamento de próceres locais do Partido Conservador das esferas administrativas. Era também necessário o apoio do Gabinete Ministerial e do diretório nacional da agremiação. Cumpre, pois, fundamentar a terceira afirmação desta seção.

Tal afirmação reconhece que os dissidentes ambicionaram conquistar o respaldo do *Centro da União Conservadora* para concretizar o projeto de instituir um novo diretório conservador em Santa Catarina. Ou seja, eles buscaram o aval do diretório nacional do partido para destituir as antigas lideranças do *Grêmio* oficial. Porém, esse aval não foi conquistado. O diretório nacional não interferiu na disputa entre os conservadores catarinenses. O não envolvimento do *Centro Conservador* permitiu que Manuel de Oliveira continuasse a comandar localmente a agremiação.

Em carta enviada ao *Diário do Rio de Janeiro*, o deputado geral Jesuíno Lamego da Costa destacou que o diretório nacional não se reuniu para analisar o reconhecimento do grêmio dissidente. O secretário diretório, Luís Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884), assegurou a Lamego que tal órgão não tomara qualquer decisão sobre o reconhecimento do novo diretório⁵¹. Lamego também salientou que Francisco Correia atuava como um chefe de partido, pois se movimentava para lançar uma candidatura alinhada aos conservadores insurgentes. Atente-se à seguinte passagem da carta de Lamego:

Em uma carta dirigida a um parente meu, o Sr. Corrêa, presidente da província, comunica-lhe que o *seu grêmio conservador* o apresenta candidato à deputação provincial e espera que ele aceite por essa aquisição favorável meus interesses políticos: agradecendo este e tantos outros favores que a sua generosidade e amor ao partido me tem dispensado, aproveito a ocasião para declarar a S. Ex. e ao Partido

50 – *A Província*, Desterro, n. 7, 12 nov. 1870, p. 1-2.

51 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 358, 28 dez. 1870, p. 3.

Conservador da província de Santa Catarina que, embora respeite alguns membros do improvisado grêmio, habilmente iludidos, nunca tive nem posso ter outros muitos como amigos políticos. Terminando, lamento que o Sr. Corrêa não tenha sabido apreciar justamente o caráter de meus comprovincianos e a firmeza de suas crenças, e que me tenha nivelado com os ganhadores políticos, parasitas de todas as crenças⁵².

Desse modo, Francisco Correia ambicionara não apenas o apoio dos dirigentes nacionais do Partido Conservador. Ele também almejou constituir uma aliança com lideranças catarinenses que atuavam no Parlamento do Império. No entanto, o Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de São Vicente, o qual fora organizado em 29 de setembro de 1870, não endossou as pretensões políticas de Correia e de Tosta Filho⁵³. Em última análise, o Gabinete impediu que o filho do presidente nacional do Partido Conservador continuasse a ascender ao comando do diretório que essa grei instalara em Santa Catarina.

O Gabinete exonerou Tosta Filho dos cargos de chefe de Polícia e 1º vice-presidente da província. Em seguida, esse advogado conquistou a nomeação para Juiz de Direito da Comarca de Paraíba do Sul, na Província do Rio de Janeiro⁵⁴. De sua parte, Francisco Correia foi destituído da presidência de Santa Catarina. Ele foi substituído pelo bacharel carioca Joaquim Bandeira de Gouvêa (1812-1878). Tal substituição significou a recuperação da força política dos conservadores ligados a Jesuíno Lamego⁵⁵. Após deixar o Governo de Santa Catarina, Correia obteve o posto de presidente da Província do Espírito do Santo⁵⁶. Uma das consequências dessas exonerações consistiu na readmissão de funcionários comissionados que haviam sido retirados de seus cargos por determinação de Correia e de Tosta Filho⁵⁷.

52 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 358, 28 dez. 1870, p. 3. Grifos no original

53 – NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order...* Op. cit., p. 410.

54 – *A Regeneração*, Desterro, n. 260, 19 mar. 1871, p. 1.

55 – *A Regeneração*, Desterro, n. 251, 16 fev. 1871, p. 2.

56 – *A Regeneração*, Desterro, n. 241, 12 jan. 1871, p. 1.

57 – Em março de 1871, por exemplo, Manuel da Rocha Pires retornou ao posto de Sub-

Em última instância, o Gabinete interveio nas contendas entre os conservadores catarinenses por meio da demissão de funcionários adventícios que estavam a cultivar ligações com a ala dissidente da agremiação. A exoneração de tais funcionários desorganizou o grupo dos dissidentes. Na época da eleição suplementar de 1871, tais dissidentes não possuíam a força política necessária para sustentar uma candidatura. A interferência do Gabinete fortaleceu politicamente os membros do *Grêmio* oficial.

Conciliação entre chefes políticos e formas de atuação na vida partidária: os destinos dos membros dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador catarinense

A finalidade desta seção consiste em investigar os destinos políticos dos indivíduos que se envolveram nas disputas pelo controle do Partido Conservador catarinense. De um lado, cumpre destacar que a exoneração dos mencionados bacharéis adventícios propiciou a formação de uma aliança entre os dissidentes e os antigos componentes do *Grêmio*. De outro lado, cabe reconhecer que as carreiras políticas desenvolvidas pelos contendores não experimentaram substanciais mudanças. Ao longo dos anos 1870, esses antigos adversários continuaram a exercer ocasionalmente cargos em instituições provinciais e municipais. Nesse contexto, não houve o surgimento de novas lideranças conservadoras em Santa Catarina. Para a demonstração de tais afirmações, trata-se de analisar as informações inseridas no Quadro 3.

Quadro 3 – Desfecho da atuação política e profissional dos membros do diretório oficial do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (posterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (posterior a 1870)
Manuel José de Oliveira	Advogado provisionado	0	7
Ovídio Antônio Dutra	Funcionário do Governo de Santa Catarina	0	1
Leonardo Jorge de Campos	Tabelião	0	0
Domingos Luiz da Costa	Militar	0	2
Floriano José Vilela	Negociante	0	1

delegado de Santo Antônio. *A Província*, Desterro, n. 24, 18 mar. 1871, p. 2.

Jerônimo de Sousa Freitas	Negociante	0	0
João Antônio Monteiro Braga	Negociante	0	1
João José Pinheiro	Militar	0	7
João Pedro Carreirão	Negociante	1	0
José de Vasconcelos Cabral	Negociante	0	0
Justino José de Abreu	Negociante	0	0
Manuel Francisco Tavares	Negociante	0	0
Manuel José de Sousa Conceição	Militar	1	2
Manuel Marques Guimarães	Negociante	0	1

Fontes: *A Regeneração* (SC); *Folha Livre* (SC); *Gazeta de Joinville* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

O estudo de tal Quadro possibilita a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre destacar que, em sua maior parte, os membros do *Grêmio Conservador* de Santa Catarina não conquistaram decisivas oportunidades de ação na vida política a partir dos anos 1870. A camada majoritária dos integrantes do *Grêmio* permanecera eleitoralmente pouco competitiva. Assim, foi apenas o militar João José Pinheiro que experimentou o crescimento de sua influência na cena partidária da província. Esse crescimento é evidenciado no fato de que ele obteve sete mandatos de deputado provincial ao longo dos decênios de 1870 e 1880⁵⁸.

João José Pinheiro e Manuel de Oliveira foram os únicos membros fundadores do *Grêmio Conservador* catarinense que ocuparam de forma mais duradoura posições relevantes no jogo político local. A partir dos anos 1870, uma parte desses fundadores se manteve distante das instituições do Poder Legislativo e dos esquemas de nomeação para cargos públicos. Mais especificamente, uma parcela dos correligionários de Manuel de Oliveira não conquistou funções destacadas no ordenamento administrativo de Santa Catarina após o término do dissídio no Partido Conservador.

A segunda constatação afirma que Oliveira assegurou o seu predomínio sobre a vida interna do Partido Conservador catarinense. Ele exerceu

58 – Ver PIAZZA, Walter. *O Poder Legislativo...* Op. cit.

por duas décadas o posto de dirigente regional da grei. Em 1885, houve a substituição de membros da cúpula do diretório. Oliveira, contudo, preservou a sua condição de presidente do órgão⁵⁹. A sua longa permanência nesse posto denota os limites da renovação da cúpula do Partido Conservador em tal província.

A esse respeito, cumpre destacar que, no mencionado ano, o cargo de 1º Secretário do Grêmio foi destinado a Leonardo Jorge de Campos. Conforme salientado no Quadro 1, esse tabelião ocupara o posto de 2º secretário do *Grêmio Conservador* implantado em Santa Catarina no ano de 1867. De outra parte, trata-se de destacar que o diretório constituído em 1885 também contava com a presença de Júlio Melchior, que assumira o posto de vogal⁶⁰. O Quadro 2 evidencia que tal indivíduo desempenhara idêntica função no diretório dissidente constituído em 1870. Quinze anos após o surgimento de uma crise no Partido Conservador catarinense, havia remanescentes dos diretórios oficial e dissidente que continuavam a exercer concreta interferência na vida interna da agremiação.

Em suma, Manuel de Oliveira se conservou na condição de notabilidade local. O seu poder político era suficiente para lhe assegurar mandatos de deputado provincial e o controle da Mesa Executiva de sua agremiação. Entretanto, ele possuía dificuldades para exercer uma interferência em eleições gerais. Oliveira encontrou obstáculos para influir na escolha de postulantes à Câmara dos Deputados. Ele também experimentou reveses quando tentou se candidatar a essa instituição. Por consequência, cumpre dedicar atenção ao caso da eleição suplementar para uma vaga de deputado geral por Santa Catarina. Tal pleito ocorreu em fevereiro de 1873.

Manuel de Oliveira não obteve o apoio do Governo Provincial e dos dirigentes nacionais do partido para se lançar como candidato⁶¹. Em seguida, sustentou o nome do engenheiro militar Sebastião Antônio Rodrigues

59 – *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 385, 03 out. 1885, p. 4.

60 – *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 385, 03 out. 1885, p. 4.

61 – *A Regeneração*, Desterro, n. 398, 01 ago. 1872, p. 2.

Braga Júnior (1836-1890)⁶². No entanto, outra ala do partido preferiu apoiar o militar Tomás Pedro de Bittencourt Cotrim (1826-1879). Essa ala era politicamente alinhada ao então presidente da província, Inácio Accioli de Almeida⁶³.

O candidato preferido pelo Governo Provincial suplantou o postulante avalizado por Manuel de Oliveira. Ao passo que Cotrim obteve 112 votos, Braga Júnior amealhou 78 sufrágios⁶⁴. Tais informações evidenciam que, três anos após a abertura de uma dissidência no *Grêmio* catarinense, a vida interna desse órgão permanecia marcada por disputas referentes ao lançamento de candidaturas.

Nesse contexto, houve ocasiões em que o presidente do diretório regional não conseguiu aliados na tarefa de fortalecer as candidaturas de sua predileção. Em boa medida, a dificuldade de reunir numerosas adesões aos seus candidatos decorreu do fato de que o Governo Provincial interferia na vida interna da grei. Portanto, a exoneração de Francisco Correia da presidência de Santa Catarina não pusera fim ao envolvimento de agentes da administração imperial nos assuntos eleitorais da província.

Compete, por consequência, investigar os destinos políticos dos dissidentes do Partido Conservador catarinense. Para tanto, é preciso dedicar atenção às informações presentes no Quadro 4.

Quadro 4 – Desfecho da atuação política e profissional dos membros do diretório dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (posterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (posterior a 1870)
Miguel de Sousa Lobo	Negociante	0	1
José Joaquim Lopes	Jornalista	1	0
Anfilóquio Nunes Pires	Procurador Fiscal da Fazenda Provincial	2	2

62 – *O Despertador*, Desterro, n. 1037, 11 jan. 1873, p. 1.

63 – *A Regeneração*, Desterro, n. 454, 27 fev. 1873, p. 2.

64 – BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Tomo 5. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1873, p. 92.

ELITE PROVINCIAL, AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL E DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS:
ORIGENS E EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA NO PARTIDO CONSERVADOR
DE SANTA CATARINA (1870-1873)

Domingos Gonçalves da Silva Peixoto	Secretário da Câmara Municipal de Desterro	0	0
João do Prado Faria	Juiz Municipal e do Comércio	3	2
Antônio Delfino dos Santos	Negociante	0	0
Bernardo Alves de Moura	Militar	0	0
Joaquim de Almeida Lobo Gama d'Eça	Militar	0	0
Júlio Melchior von Trompowsky	Militar	1	1
Manuel Moreira da Silva	Negociante	0	0
Sebastião de Sousa e Mello	Engenheiro Militar	0	2
Sérgio Lopes Falcão	Advogado	1	2

Fontes: *A Regeneração* (SC); *Folha Livre* (SC); *Gazeta de Joinville* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

As informações expostas nesse Quadro permitem a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, compete ressaltar que a metade dos membros do diretório dissidente obteve mandatos eletivos nos anos seguintes ao fim do conflito com o *Grêmio Conservador*. Em boa medida, os conservadores insurgentes não encontraram dificuldades para assegurar uma participação nas instituições políticas da província nos decênios de 1870 e 1880.

O conflito entre esses setores do partido cessou em agosto de 1873. Nessa época, ocorreu a conciliação entre os grupos liderados por Manuel de Oliveira e por Miguel Lobo. O acordo estabelecido nessa ocasião conferiu a Oliveira o posto de presidente honorário do *Grêmio*. Lobo, por sua vez, foi investido na posição de presidente da Mesa Executiva do órgão⁶⁵. A aliança entre esses antigos adversários possibilitou que uma parte dos dissidentes fosse incorporada a agências da administração provincial. Trata-se, pois, de fundamentar a segunda constatação desta seção.

Tal constatação afirma que a obtenção de cargos comissionados e a eleição para a Assembleia Legislativa foram as principais oportunidades conquistadas pelos dissidentes após a conciliação com os membros do diretório oficial. Anfilóquio Nunes Pires, por exemplo, auferiu o posto de

65 – *A Regeneração*, Desterro, n. 501, 14 ago. 1873, p. 3.

Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, em 1874⁶⁶. Analogamente a Pires, o advogado Sérgio Lopes Falcão (1811-1882) voltou a ser incluído nas chapas de deputado provincial confeccionadas pelo *Grêmio*. Assim, uma das implicações do fim da dissidência consistiu no retorno de políticos veteranos às esferas locais do Poder Legislativo e aos órgãos da administração provincial.

Considerações finais

O presente artigo buscou produzir um entendimento acerca da organização interna e dos desdobramentos das contendas ocorridas no Partido Conservador catarinense, no início dos anos 1870. Em um sentido amplo, o propósito desse estudo consistiu em avançar na compreensão sobre os fatores da eclosão e da resolução de conflitos entre lideranças regionais de uma agremiação monárquica. Há três resultados centrais apresentados nesta investigação.

Primeiro, cumpre destacar que, na referida época, o controle sobre a homologação de candidaturas parlamentares era um motivo crucial para a ocorrência de dissídios entre os conservadores catarinenses. Os dirigentes locais da agremiação não possuíam o apoio integral dos filiados para indicarem os candidatos de sua preferência. Portanto, a reestruturação administrativa ocorrida no Partido Conservador, no fim dos anos 1860, não foi sucedida pela instauração de uma vida interna mais estável. O caso de Santa Catarina contém evidências de que essa reestruturação gerou o fracionamento dos correligionários. Um dos motivos desse fracionamento era a competição pelo controle da Mesa Executiva do diretório regional. Tal controle era uma etapa fundamental para a conquista da legitimidade de indicar candidaturas.

Segundo, trata-se de destacar que existiam semelhanças entre os conservadores ligados aos diretórios oficial e dissidente de Santa Catarina. Ambas as alas eram constituídas por ocupantes eventuais de cargos comissionados e de mandatos eletivos. Tais diretórios contavam com a pre-

66 – *A Regeneração*, Desterro, n. 620, 29 out. 1874, p. 2.

sença de indivíduos desprovidos de longa experiência na vida partidária. Nesse cenário, o principal elemento da força política dos dissidentes consistiu na aliança com membros do Governo Provincial. Tais membros eram bacharéis adventícios que tinham o intuito de exercer uma ingerência sobre o Partido Conservador catarinense.

Desse modo, Santa Catarina foi o espaço em que dois advogados sem relevante projeção em suas províncias de origem tentaram se consolidar como chefes partidários. A capacidade de influírem nos esquemas de nomeações para cargos públicos permitiu o fortalecimento de tais indivíduos na cena política catarinense. Assim, demonstrou-se que a aliança entre os dissidentes e os agentes da administração imperial foi um fator de instabilidade no Partido Conservador de Santa Catarina.

Terceiro, cumpre destacar que o término da mencionada querela foi derivado da interferência do Gabinete Ministerial. A demissão dos funcionários envolvidos em articulações eleitorais possibilitou a gradual reaproximação entre setores do Partido Conservador catarinense. O encerramento do conflito foi marcado pela conciliação entre as alas rivais. O principal efeito dessa conciliação consistiu em acomodar os líderes dos diretórios oficial e dissidente em posições proeminentes do novo *Grêmio*. Posteriormente à solução da contenda, não houve modificação no padrão das carreiras políticas dos chefes do Partido Conservador de Santa Catarina. Um dos elementos intrínsecos a esse padrão era a restrita circulação institucional. Após o ano de 1873, o exercício de cargos em instituições locais permaneceu como o limite da ação política dos antigos contendores.

Texto apresentado em junho de 2020. Aprovado para publicação em setembro de 2020.